

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO



**AVALIAÇÃO DO
PLANO PLURIANUAL 2004/2007**
Manual de Elaboração 2007



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Superintendência de Avaliação das Ações Governamentais



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Jackson Lago

Vice-Governador do Estado do Maranhão

Luiz Carlos Porto



EDIÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Abdelaziz Aboud Santos
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Carlos Alberto Pinheiro Barros
Secretário Adjunto de Planejamento, Coordenação, Acompanhamento e Avaliação

AV. JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE S/N – CALHAU – EDIFÍCIO CLODOMIR MILLET – 6º ANDAR
CEP: 65074-220
Fone: (98) 3218-2119 / Fax: 3218-8489
Site: www.planejamento.ma.gov.br



EQUIPE TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Ilka Maria Furtado Costa

Superintendente de Avaliação das Ações Governamentais
ilka@seplan.ma.gov.br

Domingos José Carneiro Neto

Supervisor de Estratégias de Avaliação
domingos@seplan.ma.gov.br

Arlete Silva Serra

Supervisora de Análise dos Resultados e Impactos
arlete@seplan.ma.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Conceição de Maria Abreu

Superintendente de Monitoramento das Ações Governamentais
abreu@seplan.ma.gov.br

Cláudio Braga

Supervisor de Controle
braga@seplan.ma.gov.br

Marlene Eduvirgens Cruz Sá

Supervisora de Acompanhamento
marlene@seplan.ma.gov.br

Anilio Mendes Cunha

Assessor de Informática
aniliocunha@gmail.com

Sumário

APRESENTAÇÃO	pg. 6
1. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	7
2. VISÃO GERAL DO PROCESSO DO PPA	8
3. AVALIAÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL-2007	10
3.1. Etapas e Instâncias da Avaliação	10
3.2. Avaliação do Programa (Etapa Responsável pelo Programa)	12
3.2.1. Roteiro de Avaliação do Programa	13
I – Avaliação da Concepção	13
II – Avaliação da Implementação	18
III – Avaliação dos Resultados	20
3.3. Avaliação do Conjunto dos Programas (Etapa Assessoria)	23
3.3.1 Roteiro para Avaliação do Conjunto dos Programas	23
I - Avaliação da Concepção	23
II – Avaliação dos Resultados	25
Anexos:	27
• Avaliação do Programa (Etapa Responsável pelo Programa):	28
i) Formulário de Avaliação da Concepção	29
ii) Formulário de Avaliação da Implementação	31
iii) Formulário de Avaliação dos Resultados	33
• Avaliação do Conjunto dos Programas (Etapa Assessoria/Setorial)	36
i) Formulário de Avaliação da Concepção	37
ii) Formulário de Avaliação dos Resultados	39
• Cronograma de Execução da Avaliação Anual – 2007	40

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.051 de 19.12.2003, § 3º do art. 8º (Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período 2004-2007), está dando início a análise e avaliação do Plano Plurianual – 2004/2007 referente ao ano base 2007.

Em continuidade à sistemática adotada para avaliar o desempenho do Plano Plurianual 2004/2007, cuja Meta Mobilizadora é a elevação do IDH de 0,636 para 0,700, em seu último ano, 2007, permanece a avaliar as informações setoriais dos programas que impactam diretamente o IDH, ou seja, nas áreas dos índices que o compõe: educação, saúde e geração de emprego e renda (agricultura).

A avaliação será coordenada pela SEPLAN com caráter de processo contínuo, participativo e transparente sob a perspectiva de resultados para a sociedade e tem como objetivos otimizar a obtenção dos resultados previstos nos programas, a alocação de recursos no PPA, o desempenho dos programas, e finalmente contribuir com o aprendizado das equipes envolvidas no Planejamento.

As informações e as recomendações resultantes da Avaliação Anual serão consolidadas no Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual e encaminhado à Assembléia Legislativa em 30 de março de 2008.

O Relatório Anual de Avaliação é um instrumento para subsidiar a Assembléia Legislativa do Estado no processo de alocação de recursos. É uma referência, portanto, para a apreciação dos projetos de lei de revisão do Plano e dos orçamentos anuais.

A importância da Avaliação pode ser traduzida em quatro objetivos específicos:

1. Proporcionar maior transparência às ações de governo: fornece informações sobre o desempenho de programas, ao mesmo tempo serve como instrumento de prestação de contas à sociedade civil;
2. Auxiliar a tomada de decisão: proporciona informações úteis visando a melhoria da tomada das decisões no que diz respeito ao planejamento e a execução da ação governamental;
3. Promover a aprendizagem e a disseminação do conhecimento nas organizações: amplia o conhecimento da equipe que gerencia e a executora do programa; e
4. Aperfeiçoar a concepção do plano e dos programas: é um instrumento que tem a finalidade de aperfeiçoar continuamente os programas, e o Plano, visando melhorar seus resultados, otimizando o uso dos recursos públicos.

As recomendações produzidas na Avaliação Anual são utilizadas para os processos de revisão do Plano Plurianual e elaboração dos Orçamentos do Estado.

A avaliação também é instrumento de promoção do aperfeiçoamento dos processos relacionados à gestão de recursos humanos, financeiros e materiais utilizados na execução dos programas.

Os resultados do processo de avaliação são consolidados no Relatório Anual do Plano Plurianual que é enviado a Assembléia Legislativa, conforme o que determina o art. 8º da Lei 8.051 de 19 de dezembro de 2003, que institui o PPA 2004–2007 e estabelece normas gerais para a sua elaboração.

O processo de avaliação do PPA é uma das etapas mais importantes do ciclo de gestão do Governo (Fig. 1). Trata-se de um procedimento anual utilizado para a obtenção e análise de informações destinadas à tomada de decisões a cerca das políticas, programas e ações. Visa: o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas e do Plano; promover o aprendizado; subsidiar a revisão anual do Plano; a alocação de recursos no Plano Plurianual e nos orçamentos anuais; e, garantir que os resultados desejados para o público-alvo ocorram efetivamente.



Figura 1. Ciclo do Planejamento

A Figura 1 mostra a visão geral do processo de avaliação/revisão do Plano Plurianual. O processo apresenta os seguintes momentos:

- **Avaliação Anual do PPA (ANO BASE 2007)** – a avaliação do PPA tem como objetivo a análise de adequação da concepção, da implementação e dos resultados obtidos em 2007. As informações da avaliação subsidiarão a revisão qualitativa da programação para período 2007/2010;
- **Revisão da Programação para 2007** – contribui na validação das proposições de modificações qualitativas da programação entre a SEPLAN e as Secretarias Setoriais.

- **Projeto de Lei Revisão do PPA/Projeto de Lei Orçamentária Anual** – consolida e formaliza os Projetos de Lei de Revisão do PPA e da Lei Orçamentária Anual para 2007, encaminhados a Assembleia Legislativa;
- **Relatório Anual** – consolida todas as informações da avaliação do PPA e é encaminhado à Assembleia Legislativa.

3. Avaliação do Plano Plurianual

A avaliação anual do PPA medirá o grau de alcance dos macroobjetivos (objetivos estratégicos), definidos no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Estado do Maranhão e dos objetivos dos programas.

3.1. Etapas e Instâncias da Avaliação do PPA 2007

A Avaliação Anual terá três etapas (Fig. 2). Na primeira, o responsável pelo(s) programa(s) responde a um questionário organizado em três blocos de assuntos: Análise da Concepção da Implementação e dos Resultados obtidos do(s) programa (s).

Na segunda etapa, deverão ser mobilizados os diversos escalões da Secretaria Setorial, sob a orientação das respectivas áreas de assessorias de planejamento. A finalidade desta etapa é avaliar a contribuição e a adequação dos resultados do conjunto dos programas aos **objetivos setoriais** estabelecidos pela Secretaria.

Na terceira etapa, de responsabilidade da SEPLAN, contempla: I) análise estatística dos dados obtidos nas duas etapas iniciais, e dos fatores que dificultaram a implementação e o alcance dos objetivos dos programas; II) análise das variáveis macroeconômicas, mediante a comparação entre o cenário utilizado na elaboração do Plano; III) e o cenário que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a conjuntura atual.

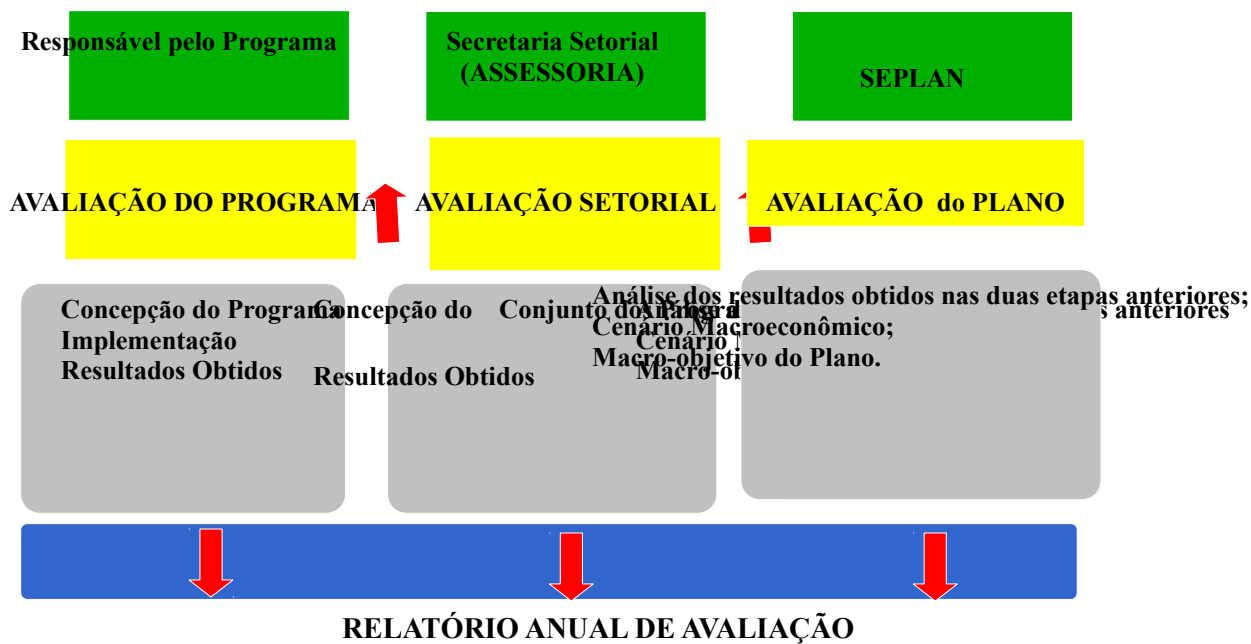


Figura 2. Etapas e Instâncias da Avaliação.

Para que a avaliação contribua efetivamente com a revisão do PPA, todos os envolvidos nas diversas etapas do ciclo do planejamento, devem ser mobilizados e sensibilizados a participarem de forma consciente, seja na produção das informações, quanto na construção coletiva de soluções.

3.2 Avaliação do Programa (Etapa Responsável pelo Programa)

A responsabilidade pelo processo de avaliação do programa recai, fundamentalmente, sobre o responsável pelo(s) programa(s).

Está constituída por três etapas, distintas nos formulários:

- a) avaliação quanto à concepção do programa;**
- b) avaliação quanto à implementação do programa;**
- c) avaliação quanto aos resultados do programa.**

Para materializar o Relatório Anual de Avaliação, a SEPLAN utilizará o Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOC, institucionalizado pelo Decreto nº 19.654 de 20.06.2003, que tem como suporte metodológico e técnico o Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA. O SEPOC, que abriga o modelo, métodos, as atribuições, os processos e rotinas de trabalho, para dar sustentação às atividades de planejamento e coordenação, será o instrumento institucional básico à avaliação de programas e ações componentes do PPA.

Nesta fase, pretende-se avaliar: os resultados do programa; à concepção do programa; e, à implementação do programa.

3.2.1 Roteiro de Avaliação do Programa

Formulário a) – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO

A análise da concepção do Programa visa identificar os aspectos do Programa que influenciaram, positiva ou negativamente, a implementação e a obtenção dos resultados.

Esta análise é a oportunidade de se identificar possíveis adequações que ainda sejam necessárias.

Questões

1. Qual o problema que o programa se propõe a resolver?

O problema, a demanda ou oportunidade de investimento que deu origem ao Programa, pode sofrer transformações, seja pela atuação do Programa, seja por outros fatores, como as oscilações do contexto socioeconômico.

Assim, deve-se analisar o problema, a demanda e/ou a oportunidade de investimento que deu origem ao Programa, no que se refere a:

- a) características;
- b) intensidade;
- c) amplitude;
- d) urgência;
- e) tendência de agravamento ou atenuação.

Resposta:

2. O objetivo do Programa está adequado à resolução do problema?

Deve-se verificar se o objetivo está definido de forma clara e pertinente a partir do diagnóstico do problema ou oportunidade que deu origem ao Programa. A definição adequada do objetivo é imprescindível para a elaboração dos demais atributos do Programa, como ações, metas e indicadores.

Sim

Não

Justificativa/Proposta:

3. O público-alvo está bem caracterizado e quantificado?

O público-alvo deve especificar os segmentos da sociedade diretamente beneficiados pelo Programa. São os grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores que serão atingidos diretamente pelos seus resultados.

A definição correta do público-alvo é essencial para identificar e direcionar corretamente as ações que devem compor o Programa. A sua caracterização deve considerar, principalmente, as condições socioeconômicas.

É necessário identificar, o mais precisamente possível, a localização e as características socioeconômicas do público-alvo.

Por exemplo, para enfrentar o déficit habitacional, a distinção entre os segmentos de baixa e média renda é fundamental para definir a estratégia de enfrentamento do problema. Enquanto a população de média renda pode arcar com os custos de um financiamento o mesmo não ocorrerá com os segmentos de baixa renda para os quais será mais apropriada a concessão de subsídios.

Deve estar clara a diferença entre público-alvo, usuário e beneficiário do Programa.

Por exemplo, o público-alvo do Programa Erradicação do Trabalho Infantil são crianças e adolescentes, **o usuário** é a família que ganha a bolsa e consegue manter a criança/adolescente na escola e **o beneficiário** é a sociedade que garante a formação das gerações futuras.

O dimensionamento do público-alvo é pressuposto para a adequada definição das metas físicas do Programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. O conjunto de ações é pertinente e suficiente para a resolução do problema?

Deve-se avaliar a escolha e concepção de ações, a seqüência de implementação e a intensidade com que estão sendo empreendidas, levando em consideração:

- pertinência - se o conjunto de ações atua sobre as causas do problema e se é adequado aos objetivos pretendidos;
- consistência - se as ações se complementam sinergicamente para superar as causas do problema;
- suficiência - se as ações são capazes de enfrentar as causas e estão programadas em quantidade e intensidade apropriadas

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. As metas físicas são suficientes para atendimento à demanda?

As metas físicas das ações devem ser quantificadas de forma a possibilitar o alcance do objetivo do programa.

Faz-se necessário quantificar a demanda que não está sendo atendida pelo programa, no caso de insuficiência das metas para tal atendimento.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

6. Os indicadores são adequados?

Os indicadores são importantes na sinalização do desempenho e da efetividade dos programas e devem expressar seus resultados, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

A análise da adequação desse instrumento, para mensuração dos resultados do programa, é de suma importância para avaliação do impacto da Política do Governo.

A adequação deve ocorrer observando-se:

- objetivo definido pelo programa, e
- a capacidade de mensurar o impacto gerado na sociedade.

Os indicadores são importantes na sinalização de fatos relevantes da realidade social, orientando a formulação e implementação da política pública. A análise dos indicadores é necessária para suprir deficiências e/ou lacunas ocorridas no processo de elaboração da concepção do programa.

As qualidades desejáveis em um indicador são: representatividade, praticidade, validade, confiabilidade, simplicidade, economicidade, acessibilidade e estabilidade.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

7. Há superposição com outros programas/ações de governo?

Analise se existem programas/ações desenvolvidos por outras setoriais com objetivos comuns e público-alvo idêntico.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

8. Há necessidade de inserção de ações de outras setoriais para maior efetividade do programa?

Analise a necessidade de atuação de outras secretarias para êxito do Programa indicando quais ações e por quem devem ser desenvolvidas.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

9. Foi previsto algum tipo de avaliação do programa?

À época da concepção do Programa houve essa preocupação? Em caso afirmativo, de que forma se estruturou essa avaliação?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

Formulário b) – AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

A análise quanto à implementação do programa busca correlacionar os fatores críticos de sucesso e insucesso na execução das ações do Programa que interferiram na obtenção dos produtos.

Questões

1. Os créditos orçamentários são suficientes para o cumprimento das metas estipuladas?

Avalie a compatibilidade dos créditos orçamentários com a necessidade de execução das ações previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA 2007.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

2. A programação financeira é adequada à execução do programa?

Correlacionar a execução financeira com o cumprimento das metas físicas. É importante avaliar se os recursos financeiros liberados são suficientes para o cumprimento das metas físicas, verificando a adequação das metas propostas.

Avalie o fluxo de recursos financeiros liberados, tendo como referência a execução financeira, analisando os reflexos da liberação sobre a execução do programa. Reflita sobre o impacto negativo, quando for o caso. Justifique sua resposta

Sim Não

Justificativa/Proposta:

3. A quantidade de recursos humanos é suficiente para a implementação do programa?

Avalie a adequação dos recursos humanos disponíveis, tendo em vista sua suficiência para a implementação das ações do programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. A qualificação dos recursos humanos é satisfatória?

Avaliar a adequação dos recursos humanos disponíveis, tendo em vista sua qualificação para a implementação das ações do programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. Os recursos materiais para a implementação do programa são suficientes?

Avaliar a adequação dos recursos materiais disponíveis, tendo em vista sua suficiência e sua qualidade para a implementação das ações do programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

6. A infra-estrutura disponível é adequada para a implementação do programa?

Avaliar a adequação da infra-estrutura disponível tendo em vista sua suficiência e sua qualidade para a implementação das ações do programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

Formulário (c) – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Responda às questões deste bloco fazendo uma reflexão acerca dos resultados do Programa no ano base de 2007. Todas as informações pertinentes e confiáveis deverão ser utilizadas para a avaliação do programa.

Questões

1. As metas físicas foram cumpridas:

A resposta deve ser acompanhada de justificativa quanto à superação, cumprimento ou não cumprimento das metas físicas.

- Acima do previsto (superação da meta)
- Dentro do previsto (alcance entre 80% e 100%)
- Abaixo do previsto (alcance entre 50% e 79%)
- Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 49%)
- Não cumpridas (zero)

Justificativa/Proposta:

2. Avalie a qualidade das informações sobre a execução do programa:

O objetivo desta questão é identificar como as informações são geradas e divulgadas para as pessoas diretamente relacionadas ao programa.

- 100% das informações são confiáveis
- Há grande carência de informações
- Ainda não possui sistemática de informações sobre a execução física

Justificativa/Proposta:

3. Há compatibilidade entre as informações do programa constantes no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA?

Analise se há compatibilidade entre ações efetivas do programa e os instrumentos formais de planejamento.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. Há alguma participação da sociedade (usuário/beneficiário) em alguma etapa do programa?

Por exemplo, a participação de Conselhos Comunitários na escolha dos beneficiários do programa.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. Há alguma pesquisa que avalie o grau de satisfação do usuário/beneficiário com os serviços prestados por meio do programa?

Métodos alternativos que captem a percepção dos interessados no desempenho do programa, tais como: a) pesquisa de campo com questionários ou entrevistas; b) pesquisa via internet; c)

pesquisa por telefone; d) serviço 0800 para reclamações/sugestões; e) reunião com representantes do público-alvo e partes interessadas pelo programa; f) visita ao local onde se manifestam os resultados do programa; g) consulta a instituições de pesquisa e universidades.

Sim Não

Justificativa/Proposta:

6. O desempenho do programa no que diz respeito à cobertura do público-alvo foi:

- Acima do previsto (superação da meta)
- Dentro do previsto (alcance entre 80% e 100%)
- Abaixo do previsto (alcance entre 50% e 79%)
- Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 49%)
- Não cumpridas (zero)

3.3. Avaliação do Conjunto dos Programas (Etapa Assessoria/Setorial)

Esta etapa está constituída por duas sub-etapas:

- I) **avaliação quanto à concepção do conjunto dos programas; e**
- II) **avaliação quanto ao resultado do conjunto dos programas.**

3.3.1 Roteiro para Avaliação do Conjunto dos Programas

I – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO

Na etapa da avaliação anual Setorial deverá focar sob a consistência entre a concepção do conjunto dos programas sob sua responsabilidade e os objetivos setoriais

Questões

1. Indicar os objetivos constantes da estratégia setorial e avaliar sua consistência com as orientações estratégicas de governo.

Resposta:

3. Avaliar a consistência da programação de 2007 em relação aos objetivos setoriais. Considerar também as modificações realizadas na proposta de revisão para 2007, indicar e justificar as alterações que ainda são necessárias na programação,

Resposta:

4. Avaliar a política setorial quanto à transversalidade.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude estão contemplados no âmbito das políticas executadas pela Secretaria?

() SIM () NÃO

5. Em sendo positiva a resposta, identificar de que forma estes temas estão sendo abordados no âmbito dos programas da Secretaria. Caso haja ações no PPA, identifique-as juntamente com seus respectivos programas. Para ações genéricas explicitar o critério de identificação do público.

Resposta:

Gênero		
Programa	Ação	Comentários
Raça		
Programa	Ação	Comentários
Pessoa com Deficiência		
Programa	Ação	Comentários
Criança e Juventude		
Programa	Ação	Comentários

II – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Para responder às questões referentes a este bloco, faça uma reflexão acerca dos resultados do conjunto de programas sob responsabilidade da Secretaria. Na etapa setorial da avaliação anual deverá ser considerada a relação entre os resultados programados e os objetivos setoriais do órgão.

Questões

1. Indicar e avaliar os principais resultados alcançados pelo conjunto de programas em relação à política setorial definida pela Secretaria em 2007. Justifique sua resposta.

Resposta:

2. Comente as principais fatores que contribuíram para o alcance dos resultados.

Resposta:

3. Comente as principais dificuldades para atingir os principais resultados.

Resposta:

4. Avaliar a contribuição dos principais resultados da política setorial para a estratégia de governo. (Orientações Estratégicas do PPA 2004/2007).

Resposta:

ANEXOS

Avaliação dos Programas

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO

1. Qual o problema que o programa se propõe a resolver?

Resposta:

2. O objetivo do programa está adequado à resolução do problema?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

3. O público-alvo está bem caracterizado e quantificado?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. O conjunto de ações é pertinente e suficiente para a resolução do problema?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. As metas físicas são suficientes para atendimento à demanda?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

6. Os indicadores são adequados?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

7. Há superposição com outros programas/ações de governo?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

8. Há necessidade de inserção de ações de outras unidades/secretarias para maior efetividade do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

9. Foi previsto algum tipo de avaliação do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

1. Os créditos orçamentários são suficientes para o cumprimento das metas estipuladas?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

2. A programação financeira é adequada à execução do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

3. A quantidade de recursos humanos é suficiente para a implementação do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. A qualificação dos recursos humanos é satisfatória?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. Os recursos materiais para a implementação do programa são suficientes?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

6. A infra-estrutura disponível é adequada para a implementação do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1. As metas físicas foram cumpridas:

- Acima do previsto (superação da meta)
- Dentro do previsto (alcance entre 80% e 100%)
- Abaixo do previsto (alcance entre 50% e 79%)
- Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 49%)
- Não cumpridas (zero)

Justificativa/Proposta:

2. Avalie a qualidade das informações sobre a execução do programa:

- 100% das informações são confiáveis
- Há grande carência de informações
- Ainda não possui sistemática de informações sobre a execução física

Justificativa/Proposta:

3. Há compatibilidade entre as informações do programa constantes no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

4. Há alguma participação da sociedade (usuário/beneficiário) em alguma etapa do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

5. Há alguma pesquisa que avalie o grau de satisfação do usuário/beneficiário com os serviços prestados por meio do programa?

Sim Não

Justificativa/Proposta:

3.6. O desempenho do programa no que diz respeito à cobertura do público-alvo foi:

- Acima do previsto (superação da meta)
- Dentro do previsto (alcance entre 80% e 100%)
- Abaixo do previsto (alcance entre 50% e 79%)
- Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 49%)
- Não cumpridas (zero)

Avaliação do Conjunto dos Programas

(Assessoria/Setorial)

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO

1. Indicar os objetivos constantes da estratégia setorial e avaliar sua consistência com as orientações estratégicas de governo.

Resposta:

3. Avaliar a consistência da programação de 2007 em relação aos objetivos setoriais. Considerar também as modificações realizadas na proposta de revisão para 2007, indicar e justificar as alterações que ainda são necessárias na programação,

Resposta:

4 Avaliar a política setorial quanto à transversalidade.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude estão contemplados no âmbito das políticas executadas pela Secretaria?

() SIM () NÃO

5. Em a resposta sendo positiva, identificar de que forma estes temas estão sendo abordados no âmbito dos programas da Secretaria. Caso haja ações no PPA, identifique-as juntamente com seus respectivos programas. Para ações genéricas explicitar o critério de identificação do público.

Resposta:

Gênero		
Programa	Ação	Comentários
Raça		
Programa	Ação	Comentários
Pessoa com Deficiência		
Programa	Ação	Comentários
Criança e Juventude		
Programa	Ação	Comentários

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Indicar e avaliar os principais resultados alcançados pelo conjunto de programas em relação à política setorial definida pela Secretaria em 2007 Justifique sua resposta.

Resposta:

2. Comente as principais fatores que contribuíram para o alcance dos resultados.

Resposta:

3. Comente as principais dificuldades para atingir os principais resultados.

Resposta:

4. Avaliar a contribuição dos principais resultados da política setorial para a estratégia de governo. (Orientações Estratégicas do PPA 2004/2007).

Resposta:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AVALIAÇÃO ANUAL 2007

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSABILIDADE	PARTICIPANTE
1. Implementação da Avaliação Anual 2007			SEAPLAN
1.1. Realização da Reunião Técnica para Apresentar a Sistemática de Avaliação Anual às Secretarias Setoriais *	08/01/2008	Superintendência de Avaliação das Ações Governamentais- SAAG / Superintendência de Monitoramento das Ações Governamentais -SMAG	Secretario Adjunto de Planejamento, Coordenação e Avaliação; Superintendência de Avaliação de Ações Governamentais -SAAG;
1.1.1. Apresentação do Manual de Elaboração da Avaliação do PPA 2004/2007		SAAG	Superintendência de Avaliação de Ações Governamentais -SAAG
1.1.2. Apresentação do Modulo Avaliação Anual no SISPCA		SMAG	Superintendência de Monitoramento das Ações Governamentais-SMAG
2. Realização da Avaliação 2007			
2.1. Avaliação dos Programas, realizada no modulo Avaliação no SISPCA	08/01 a 23/01/2008	Responsáveis pela execução dos Programas / Ação	Executores dos Programas (responsável)
2.2. Avaliação Setorial 2007, realizada e consolidada no Modulo Avaliação no SISPCA	24/01 a 11/02/2008	Assessorias Técnicas das Secretarias Setoriais*	Assessores Técnicos Setoriais * (ASPLAN)
3. Análise e Elaboração do Relatório Anual 2006 – 1ª Versão Final	12/02 a 03/03/2008	SEAPLAN / SAAG / SMAG e Secretarias Setoriais *	SAAG / SMAG
3.1. Análise e Consolidação Final pela SEPLAN	04 a 14/03/2008	SEAPLAN / SAAG / SMAG e Secretarias Setoriais *	SAAG / SMAG
3.2. Elaboração e Digitação do Relatório Final do PPA	17 a 22/03/2008	SEAPLAN / SAAG / SMAG e Secretarias Setoriais *	SAAG
3.3. Validação do Relatório de Avaliação do PPA 2006	22 a 25/03/2008	Autoridades Competentes	Secretario de Planejamento e Governador
3.5. Envio do Relatório de Avaliação do PPA 2006 para Assembleia Legislativa	26 a 31/03/2008	SEPLAN	Gabinete

(*) Resumo dos Órgãos envolvidos na Avaliação segundo os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Plurianual 2004 – 2007, cuja Meta Mobilizadora é a elevação do IDH de 0,636 para 0,700.

Área	Unidade Responsável pela Execução do Programa / Ação
Educação	17101 – Secretaria de Estado de Educação 17203 – Fundação Nice Lobão 24201 – Universidade Estadual do Maranhão - UEMA 24206 – Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA
Saúde	21101 – Secretaria de Estado da Saúde 21201 – Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA 21901 – FES - Fundo Estadual de Saúde – Unidades Assistenciais
Geração de Emprego e Renda	13101 – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAGRO 13110 – Núcleo Estadual de Programas Especiais – NEPE 13201 – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA 13202 – Agência Estadual de Defesa Agropecuária – AGED 13204 – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão AGERP 13901 – Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Maranhão FDA 49101 – Secretaria de Estado do Turismo 51101 – Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária